

ASSEMBLEIA GERAL APROVA PLANO DE LUTAS DA CATEGORIA

Foi aprovado pelos presentes e de modo virtual na Assembleia Geral do dia 07 de março do corrente, mediante composição das propostas da Direção sindical e de servidores da base, o seguinte **PLANO DE LUTAS**.

1. Revisão do PCCS:

- a) Prosseguir na luta pela revisão urgente do PCCS mantendo como principais pontos de defesa: defesa do concurso público mediante a luta contra a extinção de cargos vagos e a criação de centenas de cargos comissionados; reenquadramento remuneratório justo para todos os cargos, para ativos e aposentados, a partir do padrão A1; elevação do valor das FGs, em especial, de Secretário de CEJUSC e Secretário de juiz; exigência de nível superior para Técnico do Poder Judiciário; criação de gratificação para o NUGESP e para os Auxiliares de Serviços Gerais; criação do auxílio-social para os aposentados; garantia da progressão extra; garantia da substituição para os OJs; nova sistemática de avaliação de desempenho; reformulação do sistema de plantão; implementação do adicional de qualificação; estabelecimento do mês de maio como referência anual para a revisão da matriz salarial mediante projeto próprio do TJ (no mínimo a inflação do ano) e negociação sobre as propostas com impacto orçamentário, a serem incluídas nas respectivas Leis Orçamentárias;
- b) autorização para a Direção Sindical ingressar com ação judicial para discutir o excesso de CCs, para que, no mínimo, 50% dos cargos comissionados no TJRS sejam ocupados por servidores efetivos, tão logo a assessoria jurídica apresentar a tese;
- c) realizar assembleia geral da categoria para a aprovação ou não da proposta final apresentada pelo TJ quanto à revisão do PCCS, podendo ela ser presencial ou híbrida;
- d) Convocar a categoria para acompanhar as votações da proposta a ser apresentada pelo grupo de trabalho da revisão do PCCS, nas instâncias administrativas do TJ (COJE, COMAG e Órgão Especial), bem como, para desagravo das entidades pela censura às denúncias sobre a extinção de

cargos e criação de CCs, com atos presenciais. As datas ficarão a critério da Direção Sindical, que avaliará estrategicamente o(s) dia(s) mais importante(s);

- e) prosseguir com os roteiros, visitas e as vigílias em todo o Estado com a pauta da defesa da revisão de um plano de carreira justo para a categoria.
- f) Luta por plano de valorização para os servidores celetistas, com tabelas de progressão que contenham, no mínimo, os índices correspondentes às vantagens temporais suprimidas pela reforma administrativa de Eduardo Leite (2020).

2. Revisão da Matriz e questão salarial

- a) defesa do índice de **5,2%** para 2025, espaço estimado pelo Dieese para um reajuste linear (dentro do limite prudencial imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal);
- b) seguir na luta pelas perdas dos últimos dez anos, que segundo o DIEESE são atualmente de **32,51%** (**79,79%** de inflação acumulada entre 11/2014 a 02/2025 - IPCA/IBGE - menos o reajuste total concedido aos servidores no período de **35,67%**);
- c) Com o advento do Plano de Carreira de 2022 a 2025, e mais a revisão geral de 2022, o reajuste total da categoria foi de 25,47% nos nossos vencimentos para ativos e aposentados.

Reajustes concedidos aos servidores do TJRS (2014 - 2025)

<i>Vigência</i>	<i>Reajuste</i>	<i>Referência</i>
<i>jun/16</i>	8,13%	Lei 14.910/2016
<i>jan/22</i>	1,00%	Revisão geral
<i>abr/22</i>	4,95%	Revisão geral
<i>jun/23</i>	6,00%	TJRS
<i>jan/24</i>	6,00%	TJRS
<i>fev/25</i>	5,35%	TJRS

◆ **Reajuste acumulado no período: 35,67%**

✦ **Elaboração: DIEESE**

d) Prosseguir na luta pela **revisão geral anual**, junto à Frente dos Servidores Públicos do RS e demais entidades estaduais e nacionais, atuando junto ao Governo do Estado;

3. Saúde e tecnologia:

- a) problematizar junto à categoria e ao TJ a questão da implementação da Inteligência Artificial, do aumento de metas, sobrecarga de trabalho e da necessidade de redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias.
- b) Ampliação do trabalho do Núcleo de Saúde do Sindicato com a promoção de seminários, pesquisas, parcerias com outras entidades e universidades para maior embasamento e formação da categoria sobre os impactos na saúde decorrente das mudanças no mundo do trabalho.

4.Lutas nacionais: Que foram aprovadas com as seguintes pautas oriundas da plenária:

- Engajamento na luta nacional pelo fim da carga horária 6x1;
- Luta permanente contra o neofascismo travestido de “conservadorismo” em todas as suas formas e manifestações;
- Todo o apoio ao movimento negro, aos indígenas, quilombolas e LGBTQIA+.